

Como citar esse artigo:

Silva VMB, Araújo ALF. PERFIL DE CONHECIMENTO QUANTO AO CONSUMO DE FITOTERÁPICOS NO BRASIL. Anais do 24<sup>o</sup> Simpósio de TCC do Centro Universitário ICESP. 2022(24); 727-736.

**Viviane Maria Bispo da Silva**  
**Ana Luce de França Araújo**

### Resumo

**Introdução:** Fitoterápicos são preparações botânicas padronizadas que consistem em uma mistura complexa de uma ou mais substâncias presentes nas plantas e que o farmacêutico tem permissão de prescrevê-las. No Brasil a fitoterapia passou a ser amplamente usada com a crescente busca de opções naturais e baratas. Aumenta-se também a intoxicação pelo uso indevido de plantas medicinais. **Objetivo:** Descrever perfil de consumidores de fitoterápicos no Brasil, conscientizar os leitores quanto ao risco do uso desorientado e excessivo desse tipo de medicamento. **Materiais e Métodos:** Trata-se de uma revisão de literatura acerca do perfil de conhecimento quanto ao consumo de fitoterápicos no Brasil. Para esta pesquisa, realizou-se busca de artigos em bases de dados através do Google Acadêmico, como Lilacs, Scielo e PubMed, **Resultados:** Pesquisas demonstram a falta de entendimento sobre fitoterápicos tanto por parte dos profissionais, que confundem conceitos relacionados a fitoterapia, desconhecem o uso e indicações destes medicamentos e não possuem segurança para orientar os pacientes, quanto por parte da população, que insistem na crença de que “se é natural não faz mal”, ou seja, na ausência de efeitos adversos causados por plantas medicinais. **Considerações finais:** Considera-se que a opção por fitoterápicos cresce-se cada vez mais, faz-se necessário que o farmacêutico, juntamente com os demais profissionais, busque conscientizar e orientar os usuários dos serviços de saúde quanto ao uso consciente das plantas medicinais.

**Palavras-Chave:** 1. medicamentos fitoterápicos; 2. fitoterapia; 3. fitoterapia no Brasil; 4. farmacovigilância; 5. práticas integrativas e complementares em saúde.

### Abstract

**Introduction:** *Phytotherapies are standardized botanical preparations that consist of a complex mixture of one or more substances present in plants and which the pharmacist is allowed to prescribe. In Brazil, herbal medicine has become widely used with the growing search for natural and cheap options. Intoxication due to the misuse of medicinal plants is also increased. Objective:* To describe the profile of herbal medicine consumers in Brazil, in order to make readers aware of the risk of misguided and excessive use of this type of medicine. **Materials and Methods:** *This is a literature review about the profile of knowledge regarding the consumption of herbal medicines in Brazil. For this research, articles were searched in databases through Google Scholar, such as Lilacs, Scielo and PubMed, using the following. Results:* Research demonstrates the lack of understanding about herbal medicines both by professionals, who confuse concepts related to herbal medicine, are unaware of the use and indications of herbal medicines contained in RENAME and are not confident to guide patients, as well as by the population, which insist on the belief that “if it’s natural, it doesn’t hurt”, that is, in the absence of adverse effects caused by medicinal plants. **Final considerations:** *Considering that the option for herbal medicines has been growing more and more, it is necessary that the pharmacist, together with other professionals, seek to raise awareness and guide health service users regarding the use of medicinal plants.*

**Keywords:** 1. herbal medicines; 2. Phytotherapy; 3. phytotherapy in Brazil; 4. pharmacovigilance; 5. integrative and complementary health practices

**Contato:** nip@unicesp.edu.br; viviane.maria@souicesp.com.br; ana.luce@icesp.edu.br

### Introdução

O uso de produtos naturais à base de plantas no cuidado à saúde é muito popular na sociedade brasileira. Tal uso pode ser explicado pela diversidade dos biomas, como também pela formação histórica do país, que entrelaçam tradições indígenas, africanas e portuguesas à procura da cura da doença através da natureza. O uso de vegetais para fins terapêuticos é característico da fitoterapia, uma vez que se faz a prática do uso de plantas ou suas partes com o objetivo de prevenir, aliviar ou curar doenças (BETTEGA *et. al.*, 2011).

De acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA (2014), a fitoterapia está baseada na utilização de medicamentos de origem botânica e foi devidamente avaliada quanto à sua qualidade, eficácia e segurança de utilização. Os fitoterápicos são preparações botânicas padronizadas que consistem em uma mistura complexa de uma ou mais substâncias

presentes nas plantas que requerem preparo e prescrição adequados de acordo com as normas vigentes (SILVA *et. al.* 2021).

Esse artigo tem como principal objetivo descrever o perfil de consumidores de fitoterápicos no Brasil, com o intuito de conscientizar os leitores quanto ao risco do uso desorientado e excessivo desse tipo de medicamento. Trata-se de uma revisão de literatura com a finalidade de demonstrar, de acordo com o Memento Fitoterápico e Farmacopeia Brasileira, possíveis riscos à saúde de indivíduos que fazem uso dessas substâncias, a fim de se evitar possíveis interações medicamentosas; deste modo, faz-se necessário destacar a importância da atenção farmacêutica na dispensação dos fármacos fitoterápicos.

#### 1.1 FITOTERAPIA NO BRASIL

No Brasil, além das influências indígenas e europeias, a cultura africana também se destaca a medicina popular do uso de plantas medicinais

para a prevenção, palição e cura de doenças. Ao longo da história, os africanos trouxeram novas plantas medicinais ao país e desenvolveu a diversidade de fitoterápicos. Nesse País, o uso dessa terapia alternativa num contexto cultural, quando se trata da diversidade racial assim como social que surgiu a partir de processos históricos uma vez que a população menos favorecida fazia uso de plantas medicinais para cura de doenças devido à medicamentos alopáticos serem de difícil acesso (VALLI; RUSSO; BOLZANI, 2018. SEN; SAMANTA, 2015).

Flora e Funga do Brasil (2020) estima que existam aproximadamente 38.700 diferentes espécies vegetais reconhecidas no país, com cerca de 250 espécies descobertas a cada ano, o que faz o país com mais espécies vegetais do mundo. Dessa forma, a biodiversidade brasileira oferece grandes perspectivas para pesquisa e produção de medicamentos e produtos de higiene (DUTRA *et. al.*, 2016).

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) é o órgão responsável pela regulamentação do uso das plantas medicinais e fitoterápicos, cuja função é promover a saúde da população por meio da garantia sanitária e segurança de produtos e serviços (CARVALHO *et. al.*, 2018).

Segundo a ANVISA (2014), a RDC N° 26 de maio de 2014 discorre que os fitoterápicos são obtidos exclusivamente com matérias-primas botânicas ativas, sua segurança e eficácia são baseadas em evidências clínicas e caracterizadas por qualidade consistente. Não se considera que produtos fitoterápicos ou tradicionais à base de plantas contenham em sua composição substâncias ativas isoladas ou altamente purificadas, sejam sintéticas, semissintéticas ou naturais, ou sua combinação com outros extratos, sejam de origem botânica ou de outra origem, como animais.

## 1.2 CLASSIFICAÇÃO DOS FITOTERÁPICOS

Princípio ativo de medicamento fitoterápico pode ser dividido nas classes químicas alcaloides, flavonoides, terpenos e ácidos graxos. Elas são quimicamente caracterizadas, de acordo com ação farmacológica bem como os efeitos terapêuticos para cada fitoterápico. As substâncias responsáveis por esses efeitos terapêuticos são os fitocomplexos, conjunto de todas as substâncias, originadas do metabolismo primário como os aminoácidos, proteínas, lipídios, nucleotídeos, carboidratos, vitaminas e hormônios, ou secundário, como os alcaloides, flavonoides, saponinas, lignoides, cumarinas, glicosídeos cianogênicos, taninos, entre outros (CECHINEL *et. al.* 2020).

A Farmacopeia e o Memento Fitoterápico são guias desenvolvidos pela ANVISA, para a

preparação e prescrição de fármacos fitoterápicos, que deve haver uma correta identificação botânica acerca do vegetal a ser utilizado para cada um deles. Para evitar possíveis reações adversas e intoxicações, estas medidas são essenciais para garantir a qualidade, efetividade e segurança na utilização desses fármacos (CECHINEL, 2016).

Os fitoterápicos podem ser manipulados ou industrializados, contudo, carecem de acompanhamento das normas que seguem a RDC n° 67/2007 acerca da boa conduta na manipulação de preparos magistrais (ANVISA, 2007).

## 1.3 FITOTERAPIA VERSUS MEDICINA TRADICIONAL

O mercado de fitoterápicos enfraqueceu com o desenvolvimento de medicamentos sintéticos no pós-guerra. Com o desenvolvimento da Medicina Tradicional, importantes informações sobre propriedades e uso das plantas medicinais se perderam. No entanto, nos últimos anos, iniciou-se um grande interesse em resgatar esse aprendizado, considerado popular e o transformou em conhecimento científico através da implementação de políticas públicas que incentivam pesquisas e implementação das plantas medicinais e fitoterápicas, possibilitando o acesso à toda população brasileira (BORGES, 2018).

Com o estabelecimento das diretrizes do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, a utilização de plantas medicinais na atenção primária à saúde vem com o propósito de aumentar os recursos terapêuticos, resgatar saberes populares, preservar a biodiversidade, fomentar a agroecologia ambiental, popular e permanente. Além da necessidade de ampliação das opções terapêuticas do Sistema Único de Saúde, ao se pensar em fitoterápicos e plantas medicinais como nova proposta terapêutica pode-se, que visa reduzir a dependência tecnológica, estimular o uso sustentável da biodiversidade brasileira, a valorização e preservação dos conhecimentos tradicionais e o uso racional e adequado desses produtos (BRASIL, 2016).

## 1.4 FITOTERAPIA E PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE (PICS)

A Organização Mundial da Saúde (OMS) intitula as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) como medicinas complementares e tradicionais, onde abrange homeopatia, acupuntura, fitoterapia dentre outros. E a crescente oferta e demanda por essas práticas tem demonstrado o potencial das PICS no atendimento às populações e à saúde pública, uma vez que tem como primícias promover o uso racional das plantas medicinais e fitoterápicas do

SUS de acordo com as normas vigentes, a adesão aos padrões de qualidade, eficácia, eficiência e segurança de uso e a adesão às boas práticas de manipulação (BRASIL, 2016).

Posto isto, gerou-se princípios norteadores como: ampliação das opções de tratamento e melhoria da saúde dos usuários do SUS, uso sustentável da biodiversidade no Brasil, valorização e proteção dos saberes tradicionais das comunidades e povos tradicionais, fortalecimento da agricultura familiar, crescimento por meio da geração de emprego e renda, além disso, redução da desigualdade social, aumento da igualdade industrial e tecnológica regional e inclusão social (BRASIL, 2016).

Pode ser considerada como uma terapia integrativa muito útil e importante por sua eficácia e menor custo operacional no uso de plantas medicinais em programas de atenção primária à saúde. A disponibilidade cultural de obtenção dessas plantas são fatores extremamente relevantes para a evolução dessa medicina. Ademais, o fato de as plantas medicinais poderem ser utilizadas em formulações caseiras e fáceis de preparar é muito importante, pois pode compensar a falta de medicamentos na rede pública (SANTOS, apud MATOS, 2011).

Ademais, no Brasil há diretrizes do Ministério da Saúde que estabeleceram prioridades para a pesquisa com plantas medicinais e a introdução da fitoterapia como prática médica oficial, que orienta Comitê Interinstitucional de Saúde (CIS) a buscar a inclusão no SUS. Para alcançar essa inclusão, os profissionais de saúde devem compreender a atividade farmacológica e a toxicidade das plantas, tendo em consideração tradicionalidade, regionalidade, social e economicamente (ELIAS, 2019).

## 1.5 PRESCRIÇÃO E CONSUMO DE FITOTERÁPICOS

Através da RDC nº 586 publicada em 2013, o farmacêutico passa ser autorizado a realizar a prescrição farmacêutica, através de seus conhecimentos, enquanto, pela RDC nº 546/2011 o farmacêutico passa a poder prescrever plantas medicinais e fitoterápicos isentos de prescrição e o seu registro (CFF, 2011; CFF, 2013).

A prescrição farmacêutica é definida com o ato pelo qual o farmacêutico seleciona uma farmacoterapia, tendo o propósito de promover, proteger e recuperar a saúde do paciente. Sendo assim, o esse técnico deve assumir seu papel, buscando sempre colaborar na prática com o uso racional de medicamentos. Estes profissionais são o vínculo entre o saber popular e a ciência, prestando assistência e fornecendo informações sobre o Uso Racional de Medicamentos (URM), interações entre medicamentos, alimentos, drogas e fitoterápicos. O trabalho deste profissional é

fornecer ao paciente conhecimento e segurança sobre o uso de plantas, drogas vegetais e medicamentos (BRASIL, 2013. PANIZZA, 2010).

## 1.6 FARMACOVIGILÂNCIA NO USO DE FITOTERÁPICOS

Conforme OMS (2005), farmacovigilância é “a ciência e atividades relativas à identificação, avaliação, compreensão e prevenção de efeitos adversos ou quaisquer problemas relacionados ao uso de medicamentos”, assim a farmacovigilância de plantas medicinais e fitoterápicos tornou-se uma questão crescente, uma vez que seu fundamento é avaliar benefícios e riscos no uso de um produto, que garante qualidade, segurança e eficácia adequadas.

O Sistema Nacional de Informação em Toxicologia e Farmacologia (SINITOX) demonstra que os dados de intoxicação por plantas estão sendo subestimados por conta da diminuição da atividade dos Centros de Informação e Assistência Toxicológica (CIATs), no levantamento destes casos. Assim, as informações mais recentes datam o ano de 2017, e indicam a ocorrência de 821 casos de intoxicação por plantas, que representa 1,08% do total das intoxicações no mesmo período por todas as causas registradas, enquanto nos anos de 2016 e 2015, houve uma notificação de 1207 e 992 casos, respectivamente, conforme elucida o gráfico 01 no apêndice. Dessa forma, os dados demonstram queda nos índices de intoxicação no Brasil, quando comparados aos anos anteriores, porém, tais dados são questionáveis e não devem representar o perfil real brasileiro atualmente, uma vez que há vários casos que não são registrados pelas vítimas (BRASIL, 2022).

Neste cenário, faz-se necessário considerar a relevância de evitar a ocorrência de intoxicação pelo uso de plantas medicinais, destacando-se, assim, a importância do papel da farmacovigilância em acompanhar o seu perfil de segurança e propiciar o uso racional desta classe, de modo a aumentar a qualidade de vida, segurança e saúde de seus usuários (CAMPOS, 2019).

Como estabelecido pelo Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, é imprescindível garantir à população brasileira o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos, sendo o farmacêutico um dos profissionais atuantes neste papel (BRASIL, 2016).

## 2. METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura acerca do perfil de conhecimento quanto ao consumo de fitoterápicos no Brasil. Para esta pesquisa,

realizou-se busca de artigos em bases de dados através do Google Acadêmico, como Lilacs, Scielo e PubMed, a partir das seguintes palavras-chave: medicamentos fitoterápicos; fitoterapia; fitoterapia no Brasil; farmacovigilância; práticas integrativas e complementares em saúde.

Conforme destaca o Quadro 01 (apêndice), foi realizada a seleção de artigos dos anos 2005 a 2022, e considerados como critérios de inclusão artigos completos de literatura científica em língua portuguesa, e foram excluídos os que não abordavam sobre a temática e estivessem fora do recorte temporal estipulado. Destaca-se que os artigos selecionados em duplicidade foram removidos e incluídos apenas aqueles com os mesmos critérios de elegibilidade.

Com o propósito de entender o perfil de consumidores de fitoterápicos no Brasil, buscou-se trabalhos que demonstrassem o conhecimento e a utilização de fitoterápicos, tanto por parte dos profissionais da saúde, quanto pela população em geral, fazendo uso de 36 artigos.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pode-se observar variedade na busca de fitoterápicos nos estudos que buscam fazer levantamento do perfil de consumo de pacientes. Contudo, a partir da pandemia, no Brasil, houve crescimento no consumo de fitoterápicos, com destaque para os que apresentam efeito ansiolítico como a *Passiflora* e a *Valeriana*. Conforme estudos feitos por Pessolato *et. al.* (2021) observou-se um aumento de 97,7% nas vendas destes fitoterápicos durante o mês de abril de 2020 em comparação ao mesmo mês do ano de 2019, que continuou seu aumento nos meses seguintes, chegou a um expressivo acréscimo de 142,5% no mês de julho, quando comparado ao ano anterior.

A fim de compreender a familiaridade dos profissionais de saúde de atuantes na atenção primária, Mattos (2018) realizou um estudo com profissionais em Blumenau e observou que 84,7% dos profissionais já haviam prescrito o uso de fitoterápicos ou plantas medicinais aos pacientes, tendo em vista ainda que 54,1% destes também faziam uso para a própria saúde. No entanto, os profissionais entrevistados demonstraram conhecimento limitado sobre as plantas medicinais constantes na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), pois observou-se que 9 das 12 plantas ou fitoterápicos (75%) são conhecidas por menos da metade dos profissionais, portanto, dificilmente seriam prescritas com os conhecimentos atuais. O conhecimento sobre as plantas também foi avaliado e em 9 das 12 plantas da RENAME não foi alcançado 25% de acerto nas respostas, isso

demonstrou desconhecimento dos profissionais em relação às indicações destas plantas.

Por sua vez, na pesquisa realizada por Nascimento, (2016) foram entrevistados profissionais de nível superior que atuam na estratégia saúde da Família de Petrolina na qual foi possível inferir que uma grande parte não está preparada para repassar informações sobre o uso de plantas medicinais ou prescrever fitoterápicos para população, já que, entre as respostas obtidas pelo autor, 62,5% não saberiam orientar seus pacientes sobre a forma de utilização de plantas medicinais, o que poderia acarretar grande prejuízo para o serviço, considerando que essa prática alternativa é uma opção a mais na terapia dos pacientes e de custo geralmente menor.

Em contrapartida, para avaliar o conhecimento da população que não tinha formação superior específica na área de saúde, De Franca (2021) faz um levantamento entre a uma comunidade universitária da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), onde os entrevistados dessa pesquisa demonstraram ter conhecimento equivocado em vários aspectos importantes sobre a Fitoterapia, seu uso e suas implicações, não conseguiram distinguir o uso de plantas medicinais do uso de fitoterápicos industrializados, no que se refere às informações sobre interações medicamentosas e efeitos adversos desta terapêutica.

No estudo supracitado, de maneira geral, uma média de 30% de todos os grupos entrevistados afirmou que o tratamento com plantas não continha substâncias quimicamente ativas e ainda 20% responderam que não havia efeito colateral. Esse equívoco também ficou expresso quando em torno de 50% de todas as categorias entrevistadas afirmaram que as plantas medicinais podem ser usadas junto com qualquer outra terapia, incluindo seu uso em grávidas, idosos e crianças abaixo de dois anos. Isso se dá pelo fato de que o uso de plantas com propriedades medicinais ser relacionado pela maioria a crenças populares transmitida através de gerações (DE FRANCA, 2021).

Em estudos realizados com usuários de Unidades Básicas de Saúde, pôde-se concluir que o uso de plantas medicinais, frequentemente, é realizado por pessoas que apresentam uma renda mais baixa, pois buscam assim uma alternativa mais econômica no tratamento de enfermidades. Entretanto, muitas vezes essa terapia não foi indicada por um profissional habilitado, mas sim, pelos familiares que obtiveram esse conhecimento através da sua transmissão de geração em geração (OLIVEIRA, 2018).

A prática de utilização de plantas medicinais é uma das formas mais antigas dentro da prática medicinal da humanidade. Desta forma, Marques *et. al.* (2019) discorre sobre a existência do pensamento de que plantas medicinais de uso

tradicional apresentam seu efeito comprovado, já que foram muito utilizadas por vários anos, de forma inadequada e abusiva, principalmente pela população de baixa renda que acredita na autossugestão e na esperança de cura e desconsideram que, além da possibilidade de alívio de sintomas, as plantas medicinais podem ainda mascarar sinais e sintomas importantes, o que pode agravar o estado de saúde atual.

Além disso, a possibilidade de efeitos adversos acaba sendo negligenciada visto que a adesão para um tratamento com um medicamento fitoterápico está arraigada a ideia de que “se é natural não faz mal”, o que contribui para o uso indiscriminado (MARQUES *et. al.* (2019).

Visto que na pandemia, a busca pelo atendimento médico era frequentemente evitada como forma de prevenir a infecção da COVID-19, somado a crença de que os produtos naturais são isentos de toxicidade e que são eficazes para o tratamento de doenças novas e antigas, fitoterapia muitas vezes é utilizada sem acompanhamento médico, o que pode apresentar algum tipo de perigo ao paciente, porque ele não conseguirá identificar os riscos existentes no caso de uma alta dosagem ou até mesmo pode se frustrar por não gerar a eficácia esperada (PESSOLATO *et. al.* 2021).

Pode-se inferir que a busca por tratamento alternativo ocasionou o aumento da busca por medicamentos fitoterápicos que tem ganhado a preferência da população, dessa forma, observa a importância da orientação ao paciente, onde o farmacêutico pode atuar e aplicar a atenção farmacêutica, para garantir um consumo seguro, qualidade e eficácia do tratamento e colaborar para a obtenção do melhor resultado.

### **Considerações finais**

A fitoterapia muitas vezes é buscada com o objetivo de utilizar sem acompanhamento médico, o que pode apresentar algum tipo de risco ao paciente, porque ele não conseguirá identificar os riscos existentes no caso de uma alta dosagem ou até mesmo pode se frustrar por não gerar a eficácia esperada. Contudo, é muito importante deixar claro que a fitoterapia não pode substituir o tratamento alopático convencional sem recomendação ou orientação médica.

Acrescido deste problema, há o fato de que a formação do conhecimento sobre fitoterapia dos profissionais de saúde nas universidades ainda está longe de ser ideal. Para isso, é necessário que estes, busquem cursos de especialização para que tenham segurança para prescrever de maneira eficaz e que não resulte em nenhum prejuízo aos pacientes.

### **Agradecimentos**

Primeiramente agradeço a Deus, pois sem Ele não conseguiria alcançar esse propósito, onde me conduziu por todo o caminho e me deu a melhor direção. Graças à orientadora Ana Luce, sua atenção aos detalhes e insistência em alcançar o melhor à destaca dos demais. À minha família que acompanha e apoia os meus passos e deseja sucesso em tudo o que faço.

## Referências:

ANVISA. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Resolução da diretoria colegiada - RDC nº 26, de 13 de maio de 2014. Disponível em: <[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2014/rdc0026\\_13\\_05\\_2014.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2014/rdc0026_13_05_2014.pdf)> Acessado em: 01 out. 2022.

ANVISA. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 67, Dispõe sobre boas práticas de manipulação de preparações magistrais e oficiais para uso humano em farmácias. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, 2007. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2007/rdc0067\\_08\\_10\\_2007.html](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2007/rdc0067_08_10_2007.html). Acesso em: 22 de mai. 2020.

ANVISA. **Consolidado de normas da coordenação de fitoterápicos, dinamizados e notificados**. Versão V. 2018. Disponível em: <[https://fitoterapiabrasil.com.br/sites/default/files/legislacao/consolidado\\_fitoterapicos\\_2018.pdf](https://fitoterapiabrasil.com.br/sites/default/files/legislacao/consolidado_fitoterapicos_2018.pdf)>. Acesso em: 22 de mai. 2022.

BETTEGA, P. V. C. *et. al.* **Fitoterapia: dos canteiros ao balcão da farmácia**. Revista de Clínica e Pesquisa Odontológica, v. 7, n. 1, 2011. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/oralresearch/article/view/23149>. Acesso em: 10 abr. 2022.

BORGES, Fabricia Villefort; SALES, Maria Diana Cerqueira. Políticas públicas de plantas medicinais e fitoterápicos no Brasil: sua história no sistema de saúde. **Pensar Acadêmico**, v. 16, n. 1, p. 13-27, Manhuaçu, 2018. Disponível em: <<http://pensaracademico.facig.edu.br/index.php/pensaracademico/article/view/18/439>> Acesso em: 27 de set. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. **Política e Programa Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos – Brasília: Ministério da Saúde, 2016.** Disponível em: <[https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_programa\\_nacional\\_plantas\\_mediciniais\\_fitoterapicos.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_programa_nacional_plantas_mediciniais_fitoterapicos.pdf)> Acesso em: 27 de set. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. **Relação Nacional de Medicamentos Essenciais – Brasília: Ministério da Saúde, 2022.** Disponível em: <<https://www.conass.org.br/wp-content/uploads/2022/01/RENAME-2022.pdf>> Acesso em: 19 de set. 2022.

CAMPOS, B. V. C. **Farmacovigilância de Fitoterápicos No Brasil**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/directbitstream/2c9793e9-2747-48ff-a45b-5b8dd56ac0f0/3050161.pdf>> Acesso em: 27 de set. 2022

CARVALHO, A. C. B. *et. al.* O mercado brasileiro de fitoterápicos e os impactos da nova legislação sobre os medicamentos tradicionais. **Revista de Etnofarmacologia**, v. 212, p.29-35, 2018.

CECHINEL, V.; ZANCHETT, C. C. C. **Fitoterapia Avançada: Uma Abordagem Química, Biológica e Nutricional**. p. 52. Artmed Editora, Porto Alegre, 2020.

CECHINEL-ZANCHETT, C. C. Legislação e controle de qualidade de medicamentos fitoterápicos nos países do Mercosul. **Infarma-Ciências Farmacêuticas**, v. 28, n. 3, p. 123-139, 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.cff.org.br/?journal=infarma&page=article&op=view&path%5B%5D=1725>> Acesso em: 28 de set. 2022.

CFF, Conselho Federal de Farmácia, Resolução Nº 546 de 21 de Julho de 2011. Dispõe sobre a indicação farmacêutica de plantas medicinais e fitoterápicos isentos de prescrição e o seu registro. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2011. Disponível em: <[https://www.cff.org.br/userfiles/21%20-%20BRASIL\\_%20CONSELHO%20FEDERAL%20DE%20FARM%C3%81CIA\\_%202011%20Resolucao\\_546\\_2011\\_CFF.pdf](https://www.cff.org.br/userfiles/21%20-%20BRASIL_%20CONSELHO%20FEDERAL%20DE%20FARM%C3%81CIA_%202011%20Resolucao_546_2011_CFF.pdf)> Acesso em: 29 de set. 2022.

CFF, Conselho Federal de Farmácia, Resolução Nº 586 de 29 de agosto de 2013, Regula a prescrição farmacêutica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2013. Disponível em: [https://www.cff.org.br/userfiles/file/noticias/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20586\\_13%20-%20texto%20final\(1\).pdf](https://www.cff.org.br/userfiles/file/noticias/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20586_13%20-%20texto%20final(1).pdf) Acesso em: 30 de set. 2022.

DE FRANCA, M. A. *et. al.* O uso da Fitoterapia e suas implicações. **Revista Brasileira de Saúde**, v. 4, n. 5, p. 19626-19646, 2021. Disponível em: <https://www.ufpb.br/nepfhf/contents/documentos/nossas-publicacoes-artigos/36223-92225-1-pb.pdf> Acesso em 28 de set. 2022

DIAS, E. C. M. *et. al.* **Uso de fitoterápicos e potenciais riscos de interações medicamentosas: reflexões para prática segura.** Revista Baiana de Saúde Pública. Disponível em: <https://rbps.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/2306> Acesso em: 22 de mai. 2022.

DUTRA, R. C; CAMPOS, M M; SANTOS, A. R. S. CALIXRO, J. B. Plantas medicinais no Brasil: estudos farmacológicos, descoberta de medicamentos, desafios e perspectivas. **Pesquisa Farmacológica**, v.112, p.4-29, 2016.

ELIAS, L. R. *et. al.* **Formas de abordagem sobre plantas medicinais, fitoterápicos e Unidades Básicas de Saúde em periódicos brasileiros.** Campina Grande, 2019. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/22818> Acesso em: 28 de set. 2022.

**Flora e Funga do Brasil.** Jardim Botânico do Rio de Janeiro. 2020. Disponível em: <http://floradobrasil.jbrj.gov.br/reflora/herbarioVirtual/ConsultaPublicoHVUC/ConsultaPublicoHVUC.do>. Acesso em: 16 mai. 2022.

MARQUES, P. A.; *et. al.* Prescrição farmacêutica de medicamentos fitoterápicos. **Revista Brasileira de Ciências Naturais**, v. 2, n. 1, p. 15, 2019. Disponível em: <https://bjns.com.br/index.php/BJNS/article/view/47>. Acesso em: 24 maio. 2022.

MATTOS, Gerson *et. al.* **Plantas medicinais e fitoterápicos na Atenção Primária em Saúde: percepção dos profissionais.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 23, p. 3735-3744, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2018.v23n11/3735-3744/#> Acesso em: 28 de set. 2022.

MOURA, D. F. *et. al.* A Importância da Biossegurança na Produção e Utilização de Produtos Naturais e Fitoterápicos. **Revista Brasileira de Desenvolvimento**, v. 6, n. 2, p. 7054-7062, 2020.

NASCIMENTO JÚNIOR, B. J. *et. al.* Avaliação do conhecimento e percepção dos profissionais da estratégia de saúde da família sobre o uso de plantas medicinais e fitoterapia em Petrolina-PE, Brasil. **Revista Brasileira de Plantas Medicinais**, v. 18, p. 57-66, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpm/a/DqbDqrRWkNPMXck7KcQvNGg/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 28 de set. 2022.

NETTO, E. M. *et. al.* **Comentários sobre o registro de fitoterápicos.** Revista Fitos, Vol.1 Nº03. 2013. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/19142> Acesso em: 27 de set. 2022.

OLIVEIRA, V. B.; MEZZOMO, T. R. e MORAES, E. F. **Conhecimento e uso de plantas medicinais por usuários de unidades básicas de saúde na região de Colombo, PR.** Revista Brasileira de Ciências da Saúde, v. 22, Curitiba, 2018. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Thais-Mezzomo/publication/334594587\\_CONHECIMENTO\\_E\\_USO\\_DE\\_PLANTAS\\_MEDICINAIS\\_POR\\_USUARIOS\\_DE\\_UNIDADES\\_BASICAS\\_DE\\_SAUDE\\_NA\\_REGIAO\\_DE\\_COLOMBO\\_PR/links/5dc1577d4585151435e99e9be/CONHECIMENTO-E-USO-DE-PLANTAS-MEDICINAIS-POR-USUARIOS-DE-UNIDADES-BASICAS-DE-SAUDE-NA-REGIAO-DE-COLOMBO-PR.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Thais-Mezzomo/publication/334594587_CONHECIMENTO_E_USO_DE_PLANTAS_MEDICINAIS_POR_USUARIOS_DE_UNIDADES_BASICAS_DE_SAUDE_NA_REGIAO_DE_COLOMBO_PR/links/5dc1577d4585151435e99e9be/CONHECIMENTO-E-USO-DE-PLANTAS-MEDICINAIS-POR-USUARIOS-DE-UNIDADES-BASICAS-DE-SAUDE-NA-REGIAO-DE-COLOMBO-PR.pdf) Acesso em: 28 de set. 2022

Organização Mundial da Saúde. Organização Pan-Americana da Saúde. **A importância da Farmacovigilância: Monitorização da Segurança dos Medicamentos.** Brasília, 2006. Disponível em: <https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/importancia.pdf> Acesso em: 22 de mai. 2022

PANIZZA ST. Como prescrever ou recomendar plantas medicinais e fitoterápicos. **São Luiz: Conbra**

**Conbrafito**, 2010.

PESSOLATO, Juliane Paula *et. al.* Avaliação do consumo de Valeriana e Passiflora durante pandemia COVID-19. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 2, p. 5589-5609, Curitiba, 2021. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/26397> Acesso em: 24 de out. 2022.

REZENDE, Kellen Santos. Produção: a corda bamba entre o mercado e as necessidades de saúde pública. **Uso Racional de Medicamentos: fundamentação em condutas terapêuticas e nos macroprocessos da Assistência Farmacêutica. Série. OPAS/OMS. Brasília**[1], v. 1, n. 4, 2016.

SANTOS, Ravelly L. *et. al.* Análise sobre a fitoterapia como prática integrativa no Sistema Único de Saúde. **Revista Brasileira De Plantas Mediciniais**, Revista Brasileira de Plantas Mediciniais, Botucatu, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbpm/a/ZBKcPvMgQ4LTN8KRbsdGxjj/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 22 de mai. 2022

SEN, T.; SAMANTA, S. K. Plantas Mediciniais, Saúde Humana e Biodiversidade: Uma Revisão Ampla. **Aplicações Biotecnológicas da Biodiversidade**, p.59-110, 2015.

SILVA P. C. C.; CAMPOS, R. B. F.; SOUZA, M. C. R. F. Uso irracional de medicamentos: uma perspectiva cultural. **Revista Brasileira de Desenvolvimento**, v. 7, n. 3, 2021. Disponível em: <<https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/25683>> Acesso em: 27 de set. 2022.

SILVA, I. C. M.; JÚNIOR, E. S. C.; RIVANOR, R. L. C. **Levantamento dos Fitoterápicos mais comercializados na cidade de Quixadá-Ce.** III JORNUTRI, 2018. Disponível em: <[https://faculdadecisne.edu.br/wp-content/uploads/2021/03/2-lugar\\_Levantamento-dos-Fitoter%C3%A1picos-mais-comercializados-na-cidade-de-Quixad%C3%A1-Ce.pdf](https://faculdadecisne.edu.br/wp-content/uploads/2021/03/2-lugar_Levantamento-dos-Fitoter%C3%A1picos-mais-comercializados-na-cidade-de-Quixad%C3%A1-Ce.pdf)> acesso em 01 de out. 2022.

SILVEIRA, P. F.; BANDEIRA, M. A. M.; ARRAIS, P. S. D. Farmacovigilância e reações adversas às plantas medicinais e fitoterápicos: uma realidade. **Revista Brasileira de Farmacognosia**, v. 18, p. 618-626, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbfar/a/dFRCmfPT94rZmrgLy3y4wYH/?format=html&lang=pt>> Acesso em: 26 de set. 2022.

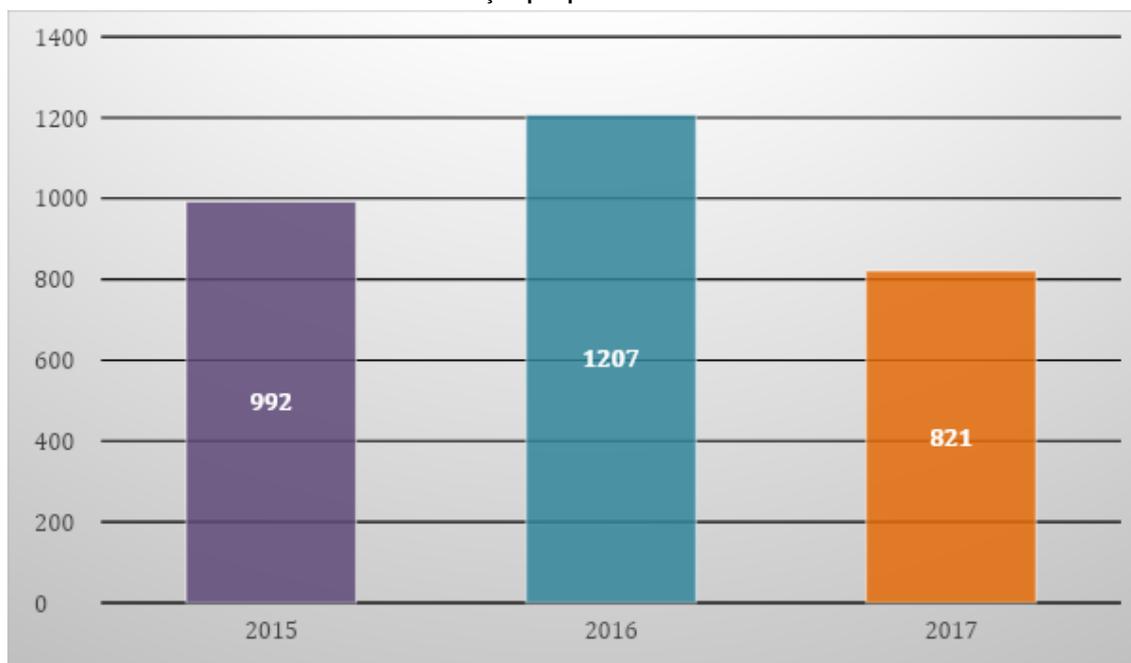
SINITOX, Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas. Instituto de comunicação e informação científica e tecnológica em saúde, Fundação Oswaldo Cruz. **Estatística anual de casos de intoxicação e envenenamento.** Disponível em: <[www.sinitox.icict.fiocruz.br](http://www.sinitox.icict.fiocruz.br)>. Acesso em: 24 maio. 2022.

SOUZA, B. W. A. *et. al.* A importância da atenção farmacêutica e farmácia clínica no uso racional de medicamentos fitoterápicos. **Revista de Iniciação Científica e Extensão**, v. 2, n. Esp. 1, p. 49-49, 2019. Disponível em: <<https://revistasfacesa.senaaires.com.br/index.php/iniciacao-cientifica/article/view/225>> Acesso em: 24 de mai. 2022.

VALLI, M.; RUSSO, H. M.; BOLZANI, V. S. A potencial contribuição dos produtos naturais da biodiversidade brasileira para a bioeconomia. **Anais Da Academia Brasileira de Ciências**, v. 90, p. 763-778, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0001-3765201820170653>> Acesso em: 01 out. 2022.

## APÊNDICE

Gráfico 01 - Casos de intoxicação por plantas no Brasil entre 2015 e 2017.



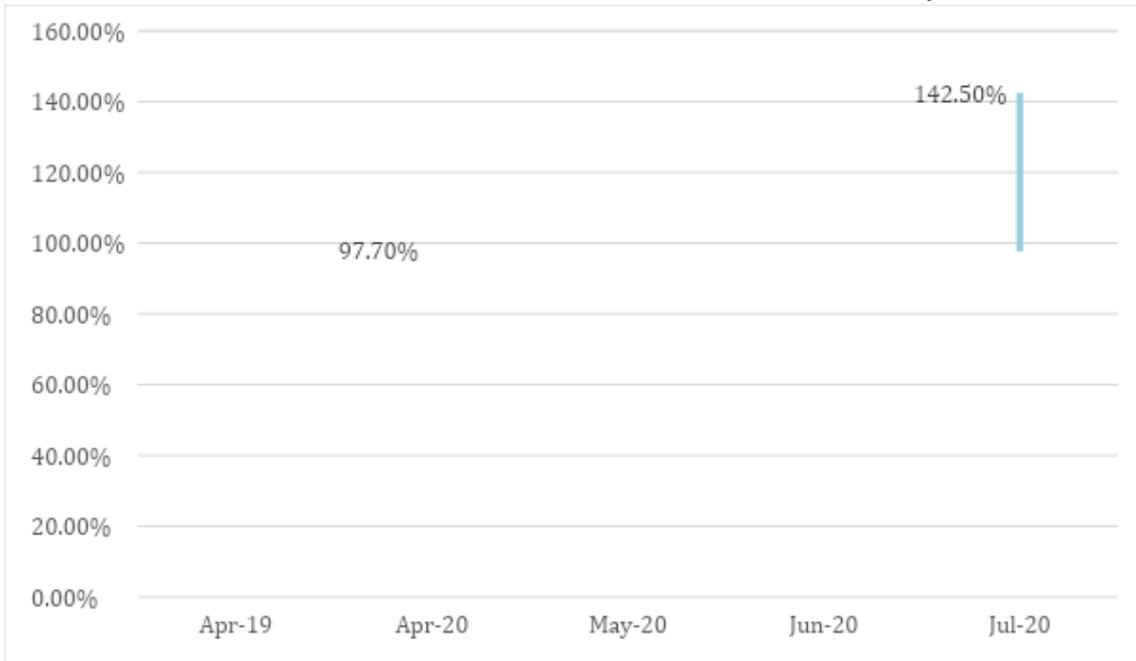
FONTE: SINITOX, 2017

Quadro 01 - Critérios de busca utilizados para seleção dos artigos utilizados na pesquisa.

Critério	Palavras-chaves	Base de dados	Filtro	Nº de artigos
1	Medicamentos fitoterápicos; Fitoterapia; Fitoterapia no Brasil; Farmacovigilância; Práticas Integrativas e Complementares em Saúde.	Lilacs	2005 - 2022	5
2	Medicamentos fitoterápicos; Fitoterapia; Fitoterapia no Brasil; Farmacovigilância; Práticas Integrativas e Complementares em Saúde.	SciELO	2005 - 2022	8
3	Medicamentos fitoterápicos; Fitoterapia; Fitoterapia no Brasil; Farmacovigilância; Práticas Integrativas e Complementares em Saúde.	PubMed	2005 - 2022	9
4	Medicamentos fitoterápicos; Fitoterapia; Fitoterapia no Brasil; Farmacovigilância; Práticas Integrativas e Complementares em Saúde.	Sites e livros	2005 - 2022	14
<b>Total de artigos utilizados</b>				<b>36</b>

FONTE: Autora, 2022

Gráfico 02 – Percentual de vendas de *Passiflora* e a *Valeriana* entre abril de 2019 a julho de 2020



FONTE: Pessolato *et. al.*, 2021